

**Textos para
Discussão**

153

Novembro
de 2006

IMPACTO DE ENTRADA DA VENEZUELA NO
MERCOSUL: UMA SIMULAÇÃO COM MODELO DE
EQUILÍBRIO GERAL COMPUTÁVEL¹

ALLEXANDRO MORI COELHO
MARIA LÚCIA L. M. PÁDUA LIMA
SAMIR CURY
SERGIO GOLDBAUM

IMPACTO DE ENTRADA DA VENEZUELA NO MERCOSUL: UMA SIMULAÇÃO COM MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL COMPUTÁVEL¹

Alexandro Mori Coelho^a

Maria Lúcia L. M. Pádua Lima^b

Samir Cury^c

Sergio Goldbaum^d

RESUMO

O objetivo deste estudo é avaliar os impactos da entrada da Venezuela no Mercosul utilizando para tanto o modelo de equilíbrio geral computável multi-setorial e multi-regional denominado *Global Trade Analysis Project* (GTAP). Além da introdução, o estudo está dividido em outras 5 seções. Na seção 2, são analisados os documentos mais relevantes assinados pelos Estados-Parte, ressaltando a relativa rapidez da assinatura do acordo de adesão da Venezuela ao Bloco; na seção 3, descreve-se o estado atual do fluxo de comércio entre Venezuela e Mercosul, assim como as condições de acesso a mercados, ressaltando a importância da Venezuela para o Mercosul e a proteção ligeiramente maior aplicada pela economia venezuelana quando comparada com a do Mercosul. Na seção seguinte, descrevem-se os choques tarifários implementados em três simulações, representativas da adesão da Venezuela ao Mercosul, além de hipóteses de fechamento do modelo. Na seção 5, os resultados da simulação são apresentados e discutidos. Sinteticamente, chama-se à atenção para o aumento de bem estar nos países envolvidos e o significativo impacto setorial, especialmente nos setores de automóveis, máquinas e equipamentos e têxteis e vestuário. Uma última seção sumaria as principais conclusões do trabalho.

¹ A elaboração desse estudo contou com apoio financeiro da Coordenadoria de Pesquisas da Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, a quem os autores agradecem, em especial, ao prof. Dr. Robert Nicol.

^a Mestre em economia pelo IPE-USP, consultor técnico. Email: alexandro_coelho@yahoo.com.br

^b Doutora em economia pelo IE-Unicamp, profa. FGV-SP. Email: padualima@fgvsp.br

^c Doutor em economia pela FGV-SP, prof. FGV-SP. Email: samir@fgvsp.br

^d Doutor em economia pela FGV-SP, prof. FGV-SP. Email: sgoldbaum@fgvsp.br

PALAVRAS CHAVES

Economia Internacional, Política Comercial, Acordos Regionais de Comércio, Mercosul, Modelos de Equilíbrio Geral Computável.

CLASSIFICAÇÃO JEL

F1, F13, F17, D5, D58

ABSTRACT

This study assesses the impacts of the incorporation of Venezuela in Mercosur, using a multi-sector and multi-region CGE model, the *Global Trade Analysis Project* (GTAP). The study is organized into 5 sections besides the introduction. In Section 2, it analysis the most relevant documents signed by Mercosur's State-Parts since its beginning, focusing on the relatively rapid process of Venezuela's incorporation. In Section 3, it describes the current trade flow between Mercosur and Venezuela, as well as the conditions of market access, stressing the importance of Venezuela to Mercocur's exports and the relatively higher level of protection applied by Venezuela, as compared to the Mercosur's protection. In the next section, it describes the tariff shocks applied in three simulations, each of them representatives of the incorporation of Venezuela to Mercosur, as well as the closing of the model. In Section 5, the main results are presented and discussed. In short, it emphasizes the increase in the welfare and the impacts on industrial sectors, particularly automobile, capital goods and textiles and clothing. The last section synthesizes the main conclusions of the study.

KEY WORDS

International Economics, Comercial Policy, Regional Trade Agreements, Mercosur, Computable General Equilibrium Modelling.

Os artigos dos *Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas* são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da FGV-EESP. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos, desde que creditada a fonte.

Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP
www.fgvsp.br/economia

1 Introdução

O objetivo deste estudo é analisar os impactos da entrada da Venezuela no Mercosul utilizando para tanto o modelo de equilíbrio geral computável multi-setorial e multi-regional denominado *Global Trade Analysis Project* (GTAP). O modelo GTAP é amplamente utilizado para estimar o impacto de liberalização tarifária sobre uma economia. Entre os estudos recentes que utilizam modelos de equilíbrio geral computável para este fim, podem ser citados alguns trabalhos do Centre d'Études Prospectives et D'Informations Internationales (CEPII), como Jean, Laborde e Martin (2005) e Bchir, Fontegn e e Jean (2005)²; sobre o Brasil, podem ser citados os estudos de Coelho et al. (2005) e Ferreira Filho e Horridge (2005)³.

Além dessa se o introdutória, o texto está organizado em outras 5 se es. A Se o 2 examina os principais documentos e o contexto das negocia es para a inclusão da Venezuela no Mercosul como membro pleno. Em seguida, na Se o 3, tratou-se do fluxo comercial entre Venezuela e países do Mercosul bem como das condi es de acesso a mercados. O objetivo foi o de avaliar a importância, em termos comerciais, da Venezuela para o Mercosul, como mercado de destino de suas exporta es.

Na quarta parte desse trabalho, procedeu-se, em primeiro lugar, a uma breve descri o das principais características do modelo de equilíbrio geral computável utilizado (o GTAP), da base de dados associada ao modelo e do fechamento macroecon mico utilizado. Depois, detalhou-se o método de cálculo dos choques tarifários utilizados nas três simula es, cada uma delas representativa da entrada da Venezuela no Mercosul⁴. A Se o 5 apresenta e discute os resultados obtidos nas três simula es.

² Publicado em Anderson e Martin (2006)

³ Publicado em Hertel e Winters (2006).

⁴ Ao longo da Se o 4, são apresentadas apenas estatísticas descritivas básicas do conjunto de choques tarifários utilizado em cada simula o; tabelas apresentando os choques tarifários específicos estão em Coelho et al. (2006b).

Finalmente, uma última seção sumaria as principais conclusões e levanta questões suscitadas pelo trabalho a partir do processo de adesão da Venezuela ao Mercosul e de sua efetiva entrada, em maio de 2006.

2 Mercosul e Venezuela: Marco das Negociações

A negociação para a entrada da Venezuela no Mercosul foi considerada por vários analistas⁵ surpreendentemente rápida. De fato, quando se reconstitui o processo de formação do Mercosul ou mesmo de outras negociações comerciais na América do Sul⁶ e se compara o intervalo de tempo entre o início e a conclusão do processo de adesão da Venezuela ao Mercosul torna-se muito visível a brevidade desse último.

2.1 O Tratado de Assunção e a Adesão da Venezuela ao Mercosul

O Tratado de Assunção assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, visava à formação de um mercado comum. De acordo com o Artigo 1 desse tratado, a criação do Mercado Comum do Sul, ou Mercosul, tinha por objetivo eliminar tarifas e barreiras não tarifárias a fim de permitir a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países. Além disso, os países se comprometiam a adotar uma tarifa externa comum (TEC)⁷, acompanhada de uma política comercial comum em relação a terceiros países, a coordenar as políticas macroeconômicas e setoriais e a harmonizar legislações em áreas consideradas pertinentes, para alcançar o fortalecimento do processo de integração.

O Tratado de Assunção previa a possibilidade de entrada de novos membros no Mercosul e, em seu Artigo 20, são explicitadas as condições de futuras adesões, nos seguintes termos:

⁵ Ver por exemplo: Relatório elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI): *Adesão da Venezuela ao Mercosul – Versão preliminar- Dezembro, 2005.*

⁶ Por exemplo, a própria Comunidade Andina de Nações (CAN) da qual a Venezuela fez parte até abril de 2006, iniciou seu processo de integração em 1966, com a assinatura da Declaração de Bogotá, que definiu as bases preliminares do acordo regional.

⁷ Em janeiro de 1995, quando foi estabelecida a União Aduaneira entre os países do Mercosul foi adotada uma Tarifa Externa Comum (TEC). A TEC é aplicada apenas às importações de bens provenientes de terceiros países. A TEC foi regulada pela Decisão do CMC: MERCOSUL/CMC/DEC. nº 22/94, baseada nos seguintes documentos: Tratado de Assunção, Decisões do CMC nº 5/94, 7/94 e 9/94, e resoluções do Grupo Mercado Comum (GMC) nº 47/94 e 48/94.

“O presente Tratado estará aberto à adesão, mediante negociação, dos demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração [ALADI], cujas solicitações poderão ser examinadas pelos Estados-Partes depois de cinco anos de vigência deste Tratado”.

“Não obstante, poderão ser consideradas antes do referido prazo as solicitações apresentadas por países membros da Associação Latino-Americana de Integração que não façam parte de esquemas de integração sub-regional ou de uma associação extra-regional”.

“A aprovação das solicitações será objeto de decisão unânime dos Estados Partes”.

O segundo parágrafo foi aplicado especificamente ao caso do Chile, que aderiu ao Mercosul antes que os trabalhos de formação do livre comércio e da união aduaneira fossem concluídos. Além do Chile, os seguintes países também são Estados associados ao Mercosul: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.

Contudo, não foram definidas, de maneira clara, as regras a respeito dos períodos de transição nem os termos específicos de adesão. Essa falha foi suprida por meio de uma decisão⁸ do Conselho do Mercado Comum (CMC) em 2005, a qual define as condições e os termos específicos do processo de adesão. Primeiramente, os países membros do Mercosul deverão aprovar por unanimidade as solicitações de adesão. Em seguida, devem ser negociados os seguintes termos:

1. Adesão ao Tratado de Assunção, ao Protocolo de Ouro Preto e ao Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias do Mercosul;
2. Adoção da TEC, mediante a definição de um cronograma, se for o caso;
3. Adesão do Estado aderente ao Acordo de Complementação Econômica Nº 18 e seus Protocolos Adicionais por meio de um programa de liberalização comercial;
4. Adoção do acervo normativo do Mercosul, incluindo as normas em processo de incorporação;
5. Adoção dos instrumentos internacionais celebrados no marco do Tratado de Assunção; e
6. A modalidade de incorporação aos acordos celebrados no âmbito do Mercosul com terceiros países ou grupos de países, bem como sua participação nas negociações externas em curso.

Desde o final da década de 1990, a Venezuela, por meio da Comunidade Andina (CAN), realiza acordos de cooperação econômica com o Mercosul. Por exemplo, em 1998, foi assinado o

⁸ MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 28/05: Regulamentação do Artigo 20 do Tratado de Assunção

Acordo Marco para a Criação da Zona de Livre Comércio entre a CAN e o Mercosul. No ano seguinte, em 1999 o Brasil assinou o Acordo de Complementação Econômica nº 39 com Colômbia, Equador, Peru e Venezuela (como membros da CAN). Mais tarde houve um aprofundamento das relações entre CAN e Mercosul com a assinatura, nos anos de 2002 e 2003, dos Acordos de Complementação Econômica nº 56 e nº 59, respectivamente. E, desde 2004, por decisão do CMC⁹, a Venezuela apresenta-se na condição de Estado associado do Mercosul.

No dia 08 de dezembro de 2005, em decisão do CMC¹⁰ foi aprovada a solicitação da Venezuela de incorporar-se como Estado-Parte do Mercosul. Nessa decisão, foi apresentado o Acordo-Quadro para a adesão da Venezuela no Mercosul, estabelecendo as linhas gerais do processo de incorporação da Venezuela no Mercosul¹¹. Seguindo as determinações contidas no Artigo 2 do Acordo-Quadro, em maio de 2006 foi criado um Grupo *Ad Hoc* integrado por representantes dos Estados-Partes (Mercosul e Venezuela) para negociar os prazos e condições que estabeleceriam as etapas do processo de adesão.

Em 23 de maio de 2006 foram concluídas as negociações para a adesão da Venezuela ao Mercosul. Além disso, foi apresentado o Protocolo de Adesão, assinado em 04 de julho de 2006, o qual definiu os compromissos e as etapas do processo de ingresso. Nesse documento, as partes previram prazos para a adoção da TEC e para a liberalização do comércio entre a Venezuela e os demais países do Mercosul, assim como se estabeleceram as condições para a adoção do conjunto de normas comunitárias. De maneira geral, a Venezuela terá até quatro anos para adotar a TEC e, até o término do período de transição, isto é, até 2014, o país deverá adaptar-se às regras do Regime de Origem do Mercosul.

O Artigo 11 do Protocolo de Adesão criou um Grupo de Trabalho integrado por representantes das partes, responsável pela elaboração de cronogramas de adoção do acervo

⁹ MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 42/04 – Atribuição à República Bolivariana da Venezuela da Condição de Estado Associado do Mercosul.

¹⁰ MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 29/05 – Solicitação de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercado Comum do Sul

¹¹ Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a entrada da Venezuela no Mercosul formará um bloco com mais de 250 milhões de habitantes, em uma área de 12,7 milhões de km², com PIB superior a um trilhão de dólares (aproximadamente 76% do PIB da América do Sul) e comércio global superior a US\$ 300 bilhões.

normativo e da TEC. Além disso, o Grupo determinará as condições do programa de liberalização comercial que deverá ser adotado pela Venezuela. A primeira reunião desse Grupo deveria ocorrer em até trinta dias, contados a partir da data de assinatura do Protocolo, concluindo suas tarefas em até 180 dias, a partir da data da primeira reunião.

Em relação à adoção do acervo normativo vigente do Mercosul pela Venezuela, o Artigo 3 determina que ela deverá ocorrer em no máximo quatro anos, contados a partir da data de entrada em vigor do Protocolo. Isto é, a Venezuela deverá incorporar os compromissos presentes nos documentos que constituem os pilares da integração do Mercosul representados pelo Tratado de Assunção, Protocolo de Ouro Preto, Protocolo de Olivos sobre Solução de Controvérsias e Protocolo de Ushuaia, além de outros documentos como os Protocolos sobre Compras Governamentais, Serviços e Defesa da Concorrência.

A adoção da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)¹² e da TEC pela Venezuela, de acordo com o Artigo 4, deverá ocorrer em no máximo quatro anos, contados a partir da data de entrada em vigor do Protocolo. Adicionalmente, o Artigo 5 estabelece prazos máximos para o cumprimento dos compromissos de livre comércio adotados pelas partes que deverão seguir o cronograma da Tabela 2.1.

É importante notar as assimetrias de desgravação tarifária entre os países do Mercosul e a Venezuela. A área de livre comércio do Mercosul é regulada pelo Acordo de Complementação Econômica nº 18 (e seus protocolos adicionais); a Venezuela, por sua vez, é signatária do Acordo de Complementação Econômica nº 59, que possui termos e prazos de desgravação tarifária diferentes daqueles do ACE nº 18. Especificamente, os prazos de abertura entre os sócios do Mercosul e a Venezuela são desiguais¹³.

¹² Baseada no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias, composta por 8 dígitos e que constitui o alicerce da Tarifa Externa Comum.

¹³ A título de exemplo, com base no levantamento realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a análise do Programa de Liberalização Tarifária do ACE nº 59 relativo ao comércio bilateral entre Brasil e Venezuela, aponta que em cinco anos, 91,2% das importações brasileiras de produtos da Venezuela estarão totalmente isentos de tarifas. No sentido contrário, em dez anos, apenas 43,4% do atual fluxo de exportações do Brasil para a Venezuela entrarão naquele mercado livre de tarifas.

Tabela 2.1: Cronograma de cumprimento dos compromissos de livre comércio adotados pelos Estados Parte no acordo de adesão da Venezuela ao Mercosul.

País	Prazo Máximo
Argentina para Venezuela	01 de janeiro de 2010*
Brasil para Venezuela	01 de janeiro de 2010*
Paraguai para Venezuela	01 de janeiro de 2013*
Uruguai para Venezuela	01 de janeiro de 2013*
Venezuela para Argentina	01 de janeiro de 2012*
Venezuela para Brasil	01 de janeiro de 2012*
Venezuela para Paraguai	01 de janeiro de 2012**
Venezuela para Uruguai	01 de janeiro de 2012**

(*) O prazo poderá ser estendido até 01 de janeiro de 2014 para produtos considerados sensíveis. (**) A desgravação será total, imediata e com acesso efetivo para os bens que constem da oferta exportável, inclusive aqueles bens contidos no Anexo IV do Protocolo. Fonte: Elaboração própria, baseado em Mercosul (2006)

Ainda em relação à área de livre comércio, o ACE nº 59 regula um mecanismo de salvaguardas, o que pode ser considerado mais um obstáculo para a consolidação da entrada da Venezuela no Mercosul. Ressalta-se a crise gerada pelas negociações bilaterais entre Brasil e Argentina, cujo objetivo era a introdução de mecanismos especiais de salvaguardas como, por exemplo, a Medida de Adaptação Competitiva (MAC)¹⁴.

Em relação à adesão à união aduaneira, apesar de o Protocolo de Adesão estabelecer um prazo máximo para a adoção da TEC pela Venezuela, os itens que deverão compor a lista de exceção ainda não foram definidos. Além disso, não está claro se a Venezuela será obrigada a cumprir um processo gradual de redução dessa lista tal como foi estipulado para os demais membros do Mercosul.

¹⁴ Um protocolo adicional do ACE nº 14 entre Brasil e Argentina, assinado em fevereiro de 2006. É considerado exemplo de anomalia à área de livre comércio instituída pelo Mercosul, pois ele restringe as relações comerciais, e deveria ser visto como um mecanismo excepcional e transitório. O MAC tem por objetivo proteger, por meio de salvaguardas, setores industriais da Argentina e do Brasil, quando as exportações de um ou de outro estiverem causando, ou ameaçando causar, “dano importante” à economia doméstica. Um dos graves problemas do MAC é que o protocolo não estabelece um prazo máximo de vigência. Há apenas a previsão de mecanismos de revisão a cada quatro, desta forma, pode-se concluir que o MAC não seja um instrumento temporário.

Ressalta-se que a Venezuela como membro da Comunidade Andina e do Grupo dos Três (Venezuela, Colômbia e México)¹⁵ aplica preferências e uma TEC própria dessa união aduaneira e diferente das adotadas pelo Mercosul. É preciso, portanto, que seja criado um mecanismo de convergência dessas tarifas, evitando-se eventuais perfurações à TEC, além de se evitar que terceiros países recebam tratamentos preferenciais melhores do que os sócios do Mercosul.

Os novos prazos¹⁶ de convergência estabelecidos pelas decisões da CMC¹⁷ poderão ser duplamente aproveitados pela Venezuela, isto é, por um lado, ela poderá manter seu regime nacional para bens de informática e telecomunicações e para bens de capital, e por outro, poderá contribuir para o processo de revisão da TEC para esses setores.

Durante o período de transição do programa de liberalização comercial e até que a Venezuela adote o Regime de Origem do Mercosul, será aplicado o Regime de Origem previsto pelo ACE nº 59. As disciplinas previstas pelo ACE nº 59 terão efeito até no máximo dia 01 de janeiro de 2014.

3 Comércio bilateral Mercosul – Venezuela

O objetivo desta seção é apresentar alguns aspectos do comércio bilateral entre o Mercosul e a Venezuela. Entre as principais conclusões, destacam-se:

- O Mercosul não representa destino importante das exportações venezuelanas, nem a Venezuela representa origem importante para a importação do bloco.
- Ao contrário, as exportações do bloco comercial para a Venezuela são relativamente significativas, atingindo aproximadamente 10% das importações totais daquele país.
- O principal produto de exportação da Venezuela, combustíveis, representa 84% de suas exportações totais; para o Mercosul, entretanto, o percentual é apenas de aproximadamente 20%.

¹⁵ A idéia do Grupo dos Três surgiu em 1989, quando seus países membros tentavam encontrar novos mercados para suas exportações dentro de uma estratégia de abertura comercial, iniciando negociações que concluíram em 1994.

¹⁶ Até 01 de janeiro de 2009.

¹⁷ MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 39/05: Bens de informática e telecomunicações; MERCOSUL/CMC/DEC Nº 40/05: Bens de capital.

- Entre os principais produtos importados pela Venezuela, provenientes dos países do Mercosul, destacam-se, sobretudo, os automóveis, com 22%. No caso do Brasil, esse percentual aumenta para 27%.
- Com relação ao acesso a mercados, a Venezuela mostra-se relativamente mais fechada do que o Mercosul, especialmente no caso dos produtos agrícolas, mas também em alguns setores industriais importantes, com automóveis e suas partes.

Para esta seção foram utilizados dados disponíveis nos bancos de dados do TradeMap (www.trademap.org) e do MacMap (www.macmap.org), ambos mantidos pelo *International Trade Centre* (ITC, reunindo a *United Nations Conference on Trade and Development* – Unctad – e o *World Trade Organization* – WTO) e *Centre d'Études Prospectives et d'Informations Internationales* (CEPII). Priorizou-se a descrição dos fluxos comerciais entre a Venezuela e o Mercosul. Uma análise bastante detalhada do fluxo de comércio entre Venezuela e o Brasil pode ser encontrada em CNI (2006).

3.1 Fluxos e pautas comerciais

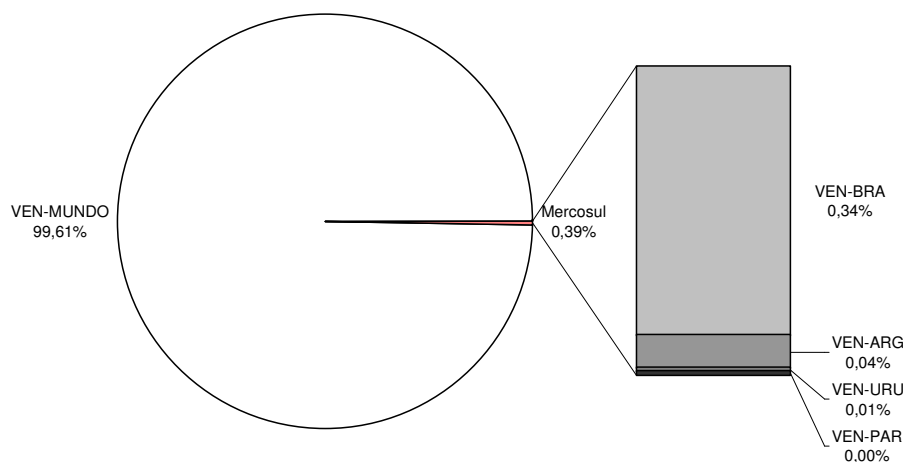
Observa-se, a partir dos dados comerciais de 2004 disponíveis no TradeMap, que o fluxo comercial entre a Venezuela e os países membros originais do Mercosul não parece ser, em uma primeira abordagem, significativo. Conforme a Tabela 3.1 e o Quadro 3.1, as exportações da Venezuela para o Mercosul representaram, naquele ano, apenas 0,16% do total das importações do bloco, e somente 0,39% das exportações totais da Venezuela. Isto é, a Venezuela não é um importante fornecedor de mercadorias para o Mercosul, e o Mercosul não é um destino importante das exportações venezuelanas.

Tabela 3.1: Exportações da Venezuela para o Mercosul, 2004

	Valores (US\$ mi)	% do total das importações
MERCOSUL	150.310	0,16%
BRA	131.130	0,20%
ARG	15.663	0,07%
URU	1.929	0,06%
PAR	1.588	0,05%

Fonte: elaborado a partir de dados do Trademap

Quadro 3.1: Exportações da Venezuela para o mundo e para os países do Mercosul, 2004



Fonte: elaborado a partir de dados do Trademap

Entretanto, observando as importações da Venezuela, a impressão é distinta. Conforme a Tabela 3.2, a Venezuela representou razoáveis 1,22% das exportações do bloco. Sozinho, o país representou 1,3% do total das exportações do Brasil, ocupando, em 2005, a 13ª. posição entre os principais destinos das exportações brasileiras, à frente de países como Espanha, Canadá e Coréia

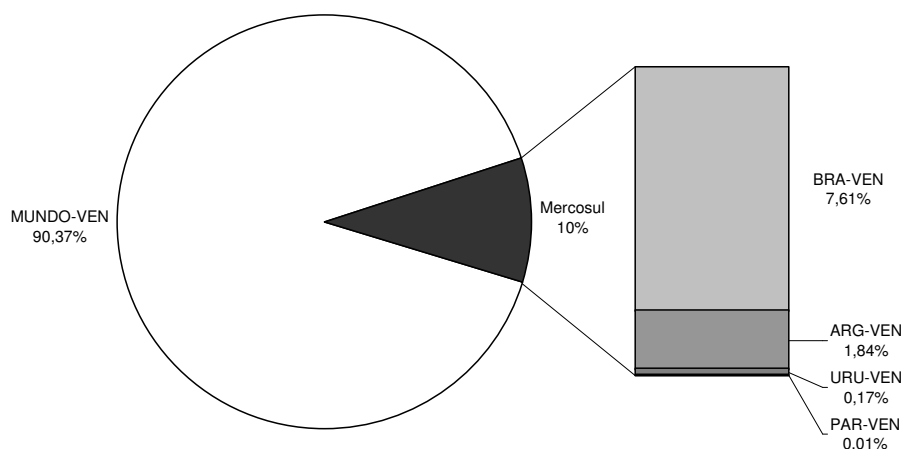
do Sul¹⁸. Ainda conforme o Quadro 3.2, aproximadamente 10% das importações da Venezuela foram provenientes do Mercosul, sendo 7,6% somente do Brasil.

Tabela 3.2: Importações da Venezuela de produtos provenientes do Mercosul, 2004

	Valores (US\$ mi)	% do total das exportações
MERCOSUL	1.641.545	1,22%
BRA	1.238.305	1,30%
ARG	299.413	0,87%
URU	26.896	0,92%
PAR	1.588	0,10%

Fonte: elaborado a partir de dados do Trademap

Quadro 3.2: Importações da Venezuela provenientes do mundo e dos países do Mercosul, 2004



Fonte: elaborado a partir de dados do Trademap

¹⁸ Dado do Sistema Alice, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Em outros termos, os dados do TradeMap, relativos a 2004, mostram que a Venezuela exporta relativamente pouco para o Mercosul, mas importa valor razoável dos países do bloco, em especial do Brasil.

Com relação à pauta comercial, as exportações da Venezuela para o mundo, ainda em 2004, eram constituídas principalmente de combustíveis (84%). Entretanto, tanto para o Mercosul quanto para o Brasil, a pauta era mais diversificada. No primeiro caso, combustíveis representavam apenas 20% do total de exportações; no segundo, 22%. Entre os produtos venezuelanos que também são exportados para o Mercosul e para o Brasil, destacam-se o alumínio, químicos inorgânicos e peixes.

Tabela 3.3: Exportações totais da Venezuela, 2004

Capítulo SH	Descrição resumida	Participação %
27	Combustíveis	84%
72	Ferro e aço	5%
76	Alumínio	3%
29	Químicos orgânicos	1%
87	Automóveis	1%
	Outros	6%

Fonte: elaborado a partir de dados do Trademap

Tabela 3.4: Exportações da Venezuela para o Mercosul e para o Brasil, 2004

Exportações da Venezuela para:					
MERCOSUL			BRASIL		
Cap. SH	Descrição	Participação	Cap. SH	Descrição	Participação
27	Combustíveis	20%	27	Combustíveis	22%
76	Alumínio	9%	76	Alumínio	9%
28	Quím. Inorgânicos	8%	03	Peixes	9%
03	Peixes	8%	39	Plásticos	8%
39	Plásticos	7%	28	Quím. Inorgânicos	8%
	Outros	48%		Outros	36%

Fonte: elaborado a partir de dados do Trademap

No que se refere às importações, a pauta de importações venezuelanas provenientes do mundo era relativamente mais diversificada, com destaque para máquinas e aparelhos mecânicos (17%), automóveis (11%) e eletro-eletrônicos (10%).

Tabela 3.5: Importações totais da Venezuela, 2004

Capítulo SH	Descrição resumida	Participação
84	Máquinas e aparelhos mecânicos	17%
87	Automóveis	11%
85	Eletro-eletrônicos	10%
30	Farmacêuticos	4%
29	Químicos Orgânicos	3%
39	Plásticos	3%
	Outros	52%

Fonte: elaborado a partir de dados do Trademap

Observando-se as importações venezuelanas provenientes do Mercosul e, mais especificamente, do Brasil, destacam-se, sobretudo, as de automóveis (22% no caso do Mercosul, 27% no do Brasil). Dados do Sistema Alice, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, de 2005, também revelam que a Venezuela é o sexto maior importador de automóveis do Brasil, atrás da Argentina, México, EUA, Chile e Alemanha.

Tabela 3.6: Importações da Venezuela provenientes do Mercosul e do Brasil, 2004

Importações da Venezuela de produtos provenientes do:					
MERCOSUL			BRASIL		
Cap. SH	Descrição	Participação	Cap. SH	Descrição	Participação
87	Automóveis	22%	87	Automóveis	27%
84	Máq e apar. mecânicos	12%	84	Máqs apar. mecânicos	14%
15	Óleos animais e vegs.	8%	85	Eletro-eletronicos	9%
85	Eletro-eletronicos	7%	24	Fumo	6%
73	Obras de ferro e aço	5%	73	Obras de ferro e aço	4%
	Outros	46%		Outros	40%

Fonte: elaborado a partir de dados do Trademap

3.2 Condições de acesso a mercados

A Tabela 3.7 compara as estatísticas básicas referentes às tarifas aplicadas pela Venezuela e pelo Mercosul, e foram elaboradas a partir das tarifas ponderadas do MAcMap (www.macmap.org)¹⁹. Em média, observa-se ligeira preferência tarifária praticada entre os países

¹⁹ As tarifas do MAcMap (Market Access Mapping), a dois dígitos do Sistema Harmonizado, são ponderadas segundo metodologia própria do *Centre d'Études Prospectives et d'Informations Internationales* (CEPII) e do *International Trade Centre* (ITC), que, em conjunto, mantém a base de dados. Conforme essa metodologia, as tarifas de cada país são ponderadas pelas importações de um grupo de referência do qual faz parte. A Tabela 3.7 apresenta a média aritmética e o desvio padrão das tarifas ponderadas do MAcMap. Maiores detalhes sobre as tarifas do MacMap podem ser obtidas em Bouët et al. (2004)

latino-americanos em relação à OECD, tomada aqui como *proxy* do resto do mundo: as tarifas cobradas pela Venezuela aos produtos provenientes do Mercosul são em média 2 pontos percentuais mais baixas do que as cobradas aos produtos provenientes da OECD; analogamente, as tarifas cobradas pelo Mercosul aos produtos provenientes da Venezuela são, em média 0,7% mais baixas do que as cobradas aos produtos provenientes da OECD.

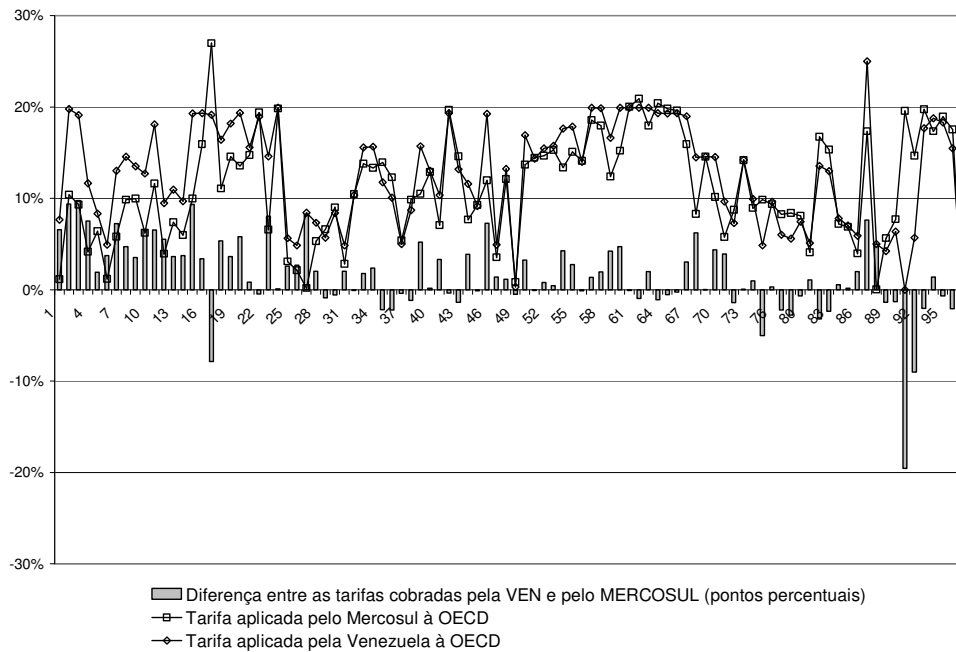
Tabela 3.7: Estatísticas básicas das tarifas aplicadas pela Venezuela e pelo Mercosul, intra e extra-bloco.

		Média aritmética e desvio padrão das tarifas aplicadas por	
		Venezuela	Mercosul
Aos produtos provenientes de	OECD	12,69 (5,68)	11,15 (5,79)
	Mercosul	10,74 (5,22)	
	Venezuela		10,66 (5,27)

Números em parênteses correspondem aos desvios padrões. Fonte: elaborado a partir de dados do MacMap.

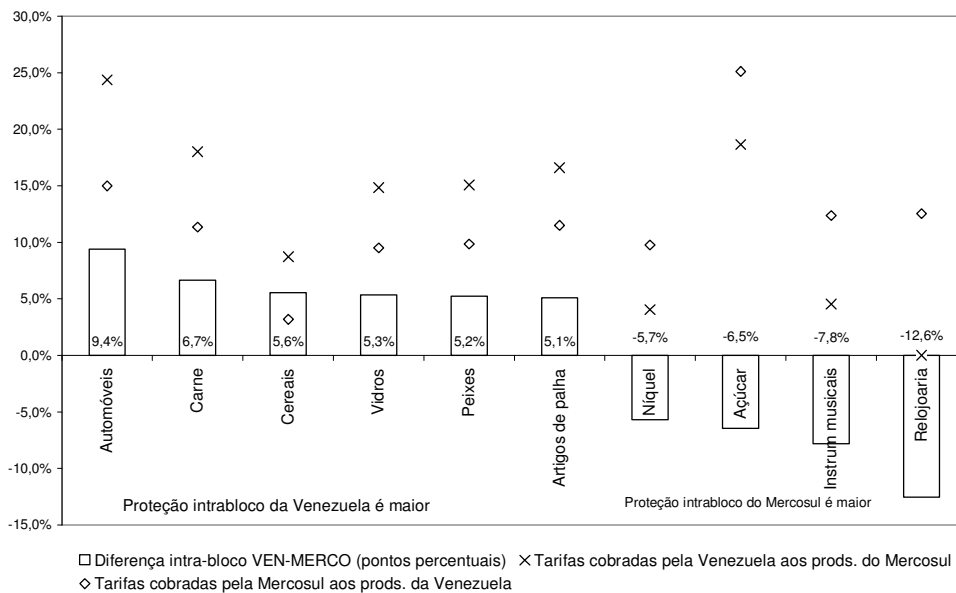
O Quadro 3.3 mostra que para a maioria dos capítulos do Sistema Harmonizado, em especial os agrícolas (que estão concentrados à esquerda no gráfico), a proteção praticada pela Venezuela contra os produtos provenientes da OECD (novamente tomada como *proxy* do resto do mundo) é maior do que a do Mercosul. Em comparação com os países do Mercosul, a Venezuela protege mais, especialmente, os setores de peixes (NCM 03; diferença de 9,8%), carnes (NCM 02; 9,4%), óleos vegetais e animais (NCM 15; 9,3%), e combustíveis (NCM 27; 8,3%). No setor de automóveis, a diferença é de 7,6%. Em contraste, a proteção do Mercosul é relativamente maior nos casos de relojoaria (NCM 91; -19,6%), instrumentos musicais (NCM 92; -9,0%) e, provavelmente de forma mais relevante para o Brasil, o açúcar (NCM 17; -7,9%), produto do qual o país é grande produtor.

Quadro 3.3: Proteção extra-bloco - Diferença entre as tarifas cobradas pela Venezuela e pelo Mercosul aos produtos provenientes da OECD.



Fonte: elaborado a partir de dados do MacMap

Quadro 3.4: Proteção intra-bloco - Diferença entre as tarifas cobradas pela Venezuela aos produtos provenientes do Mercosul e vice-versa.



Fonte: elaborado a partir dos dados do MacMap.

Do ponto de vista da proteção intra-bloco, o Quadro 3.4 apresenta as principais diferenças entre as tarifas cobradas pela Venezuela aos produtos provenientes do Mercosul. Entre os produtos cuja proteção praticada pela Venezuela é maior, destacam-se Automóveis (NCM 87; diferença de 9,4%), Carne (NCM 02; 6,7%) e Cereais (NCM 10; 5,6%). No outro extremo, a proteção intra-bloco praticada pelo Mercosul é maior nos casos de relojoaria (NCM 91; 12,6%), instrumentos musicais (NCM 92; 7,8%) e Açúcar (NCM 17; 6,5%), produtos cuja proteção intra-bloco praticada pelo Mercosul é relativamente maior

4 Modelo, bases de dados e construção da simulação

4.1 O Modelo e a Base de dados GTAP

A avaliação dos impactos da entrada da Venezuela no Mercosul foi feita mediante utilização do modelo de equilíbrio geral computável e da base de dados desenvolvidos pelo *Global Trade Analysis Project* (GTAP) baseado na Purdue University, EUA.²⁰

A base de dados utilizada neste estudo foi a GTAP Database 6 (Spring 2005), a versão mais recente disponível durante a realização da pesquisa, que apresenta matrizes de insumo-produto de 87 países/regiões com 57 atividades econômicas,²¹ correspondente à economia mundial em 2001. Esta base de dados é amplamente utilizada em instituições dedicadas ao estudo dos impactos de negociações multilaterais de comércio internacional, tais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Neste estudo, a economia mundial está representada por oito países/regiões: Brasil, Venezuela, Argentina, Uruguai, Paraguai, União Européia, Nafta²² e uma região representando o

²⁰ A utilização do modelo GTAP (versão 6.2, setembro de 2003) exigiu o emprego de um dos softwares de solução do modelo, o GEMPACK, desenvolvido pelo Centre of Policy Studies, Monash University, Austrália. A versão do GEMPACK utilizada foi a “Source-code Version”, release 9.0, abril de 2005.

²¹ A lista de países ou regiões presentes na base de dados pode ser obtida em https://www.gtap.agecon.purdue.edu/databases/v6/v6_regions.asp, enquanto a lista de atividades econômicas pode ser obtida em: https://www.gtap.agecon.purdue.edu/databases/v6/v6_sectors.asp

²² Sigla em inglês para Acordo de Livre Comércio para a América do Norte, incluindo EUA, Canadá e México.

Resto do Mundo. Em termos de agregação setorial, o modelo reconhece que todas as 57 atividades econômicas (setores) disponíveis no banco de dados.

4.2 Fechamento Macroeconômico

Do ponto de vista do fechamento macroeconômico, o GTAP, assim como a maior parte dos modelos de equilíbrio geral, é um modelo de variáveis reais (ou seja, não incorpora fenômenos monetários). É também um modelo estático: o investimento não afeta a produtividade do próximo período. Por outro lado, a realocação de investimentos entre regiões afeta a produção e o comércio por meio de seus efeitos sobre o perfil da demanda final. Observam-se, portanto, as condições usuais de equilíbrio externo, que identificam o excesso de poupança sobre o investimento ao saldo em transações correntes. O fechamento admite como exógenas todas as variáveis que captam o comportamento: (1) das inovações tecnológicas, (2) das alíquotas tributárias e (3) dos deslocamentos das estruturas de oferta e de demanda devido a choques exógenos, presentes no modelo.

As simulações realizadas neste estudo visam captar os efeitos de longo prazo da entrada da Venezuela no Mercosul. Desta forma, admite-se que as economias presentes no modelo operam no pleno emprego dos fatores primários. Assim, os cenários simulados tendem a enfatizar os efeitos sobre a composição estrutural (setorial) das economias, revelando principalmente que setores ganhariam e que setores perderiam com a simulação da entrada da Venezuela no Bloco.

Os impactos de longo-prazo sobre o produto agregado de cada economia tendem a ser pouco pronunciados devido à adoção da hipótese de pleno emprego dos fatores primários, ou seja, pode-se esperar que pequenos efeitos sobre o PIB de cada país/região. O pleno emprego dos fatores primários em nível macroeconômico é garantido pela livre mobilidade intersetorial destes fatores dentro de cada economia, os quais se deslocam entre os setores de forma a equalizar a produtividade marginal de cada fator primário específico.

4.3 Descrição das simulações e geração dos choques tarifários

Os efeitos da entrada da Venezuela no Mercosul foram analisados por meio da realização de três simulações representativas deste evento. O objetivo da primeira simulação foi atribuir às relações comerciais entre a Venezuela e aos demais países/regiões a proteção média vigente entre

os Estados-Partes e aos demais países/regiões. O objetivo da segunda simulação foi atribuir à Venezuela proteção similar àquela adotada pelo Brasil nas suas relações comerciais com parceiros intra e extra-bloco. Finalmente, na terceira simulação foram avaliados os possíveis efeitos da entrada da Venezuela ao Mercosul no contexto de remoção completa das tarifas alfandegárias entre os Estados-Partes do bloco.

Na base de dados GTAP, todos os fluxos econômicos são mensurados em dólares. Cada mercadoria i importada tem um preço internacional (pwm_i) sobre o qual incide, ao entrar em cada país/região, a tarifa alfandegária (*ad-valorem*) a ela associada (t_i), se houver, de modo que o preço internalizado desta mercadoria importada (pm_i) é calculado conforme $pm_i = pwm_i * (1 + t_i)$.

Portanto, uma variação da tarifa alfandegária provoca uma alteração inicial dos preços internalizados das mercadorias importadas, que afetam as decisões de demanda dos agentes econômicos internos de cada economia, os quais são sensíveis às mudanças nos preços relativos. Devido às inter-relações entre os agentes econômicos internos e externos, os efeitos das mudanças iniciais nas decisões de demanda se espalham por todo o sistema econômico. Cada simulação compara apenas os efeitos da variação tarifária implementada sobre a alocação de recursos na economia. Convém enfatizar que os resultados apresentados neste estudo não captam os efeitos de outras medidas de política econômica que fazem parte do acordo de adesão da Venezuela ao Mercosul.

A seguir, serão apresentadas as características de cada cenário simulado.

4.3.1 Simulação 1: Atribuindo a proteção média

Características

- A Venezuela passa a aplicar sobre as importações provenientes de todos países/regiões, exceto Estados-Partes do Mercosul, a menor das tarifas entre: (1) a tarifa que aplica sobre estas importações e (2) a tarifa externa comum (TEC) do Mercosul.
- A Venezuela passa a aplicar sobre as importações provenientes de cada país-membro do Mercosul a menor das tarifas entre: (1) a tarifa que aplica sobre estas importações e (2) a tarifa média aplicada pelo conjunto dos outros três Estados-Partes sobre estas importações.

- Cada país-membro do Mercosul passa a aplicar sobre as importações provenientes da Venezuela a menor das tarifas entre: (1) a tarifa que aplica sobre estas importações e (2) a tarifa média aplicada pelos outros três Estados-Partes sobre estas importações.

A Tabela 4.1 apresenta: (1) o número de grupos de mercadorias, entre as 56 transacionáveis presentes no modelo²³, cujas tarifas de importações foram reduzidas, (2) a redução média inicial dos preços internalizados das mercadorias importadas pela Venezuela de acordo com sua origem e (3) a dispersão destas quedas de preços. Informações mais detalhadas sobre as reduções iniciais dos preços internalizados de mercadorias importadas em todos os cenários podem ser encontradas em Coelho et al. (2006b).

Tabela 4.1: Redução inicial dos preços de mercadorias importadas na Venezuela (%)

	BRA	ARG	URU	PAR	NAFTA	EU	ROW
Número de grupos de mercadorias	34	30	23	18	30	27	13
Redução média (%)	-11,0	-11,3	-11,7	-11,8	-3,7	-2,9	-3,0
Desvio padrão (pontos percentuais)	3,7	4,2	4,8	4,7	2,4	2,0	2,6

Fonte: Elaboração própria.

Neste cenário, pelo menos metade dos grupos de mercadorias importadas do Brasil (61%), Argentina (54%) e Nafta (54%) apresentariam redução de preços internalizados no mercado venezuelano. Por outro lado, somente 23% das mercadorias compradas do Resto do Mundo teriam seus preços reduzidos. A queda de preços das importações realizadas junto aos países do Mercosul (cerca de 11,5%), seria bem mais intensa em relação às outras regiões, (em torno de 3,2%), o que tenderia a favorecer as exportações dos Estados-Partes do bloco para a Venezuela relativamente às das outras regiões. Contudo, a queda dos preços das importações do Mercosul é mais dispersa, quando comparada com as importações provenientes das regiões extra-bloco.

A Tabela 4.2 apresenta estatísticas descritivas da redução inicial dos preços de mercadorias venezuelanas importadas pelos Estados-Partes do Mercosul.

Tabela 4.2: Redução inicial dos preços de mercadorias venezuelanas importadas pelos Estados-Partes do Mercosul (%)

	BRA	ARG	URU	PAR
Número de grupos de mercadorias	22	19	11	21
Redução média (%)	-8,8	-10,8	-8,4	-10,4

²³ Entre os setores do modelo, “Aluguel de imóveis” não é importado pelos países/regiões.

Desvio padrão (pontos percentuais) 4,2 3,8 4,2 6,1

Fonte: Elaboração própria.

Neste caso, o preço internalizado de cerca de 35% (20 entre 56) das mercadorias venezuelanas apresentaria diminuição nos mercados dos países do Mercosul, exceto no Uruguai, onde somente 20% destas mercadorias teriam seus preços inicialmente reduzidos. Assim, neste cenário, a Venezuela promoveria a redução de tarifas para um número maior de grupos de mercadorias que exporta comparativamente aos seus futuros parceiros no Mercosul. A queda de preços destas importações seria um pouco mais intensa na Argentina e no Paraguai (cerca de 10,6%), sendo que, neste último, a diminuição dos preços destas mercadorias deveria ser um pouco menos homogênea que nos outros países do bloco.

4.3.2 Simulação 2: Atribuindo a proteção do Brasil

Características

- A Venezuela passa a aplicar sobre as importações provenientes de todos países/regiões, exceto do Brasil, a menor das tarifas entre: (1) a tarifa que aplica sobre estas importações e (2) a tarifa aplicada pelo Brasil.
- A Venezuela passa a aplicar sobre as importações provenientes do Brasil a menor das tarifas entre: (1) a tarifa que aplica sobre estas importações (2) a tarifa média aplicada pelos outros três Estados-Partes sobre as importações oriundas do Brasil.
- Cada país-membro do Mercosul passa a aplicar sobre as importações provenientes da Venezuela a menor das tarifas entre: (1) a tarifa que aplica sobre estas importações e (2) a tarifa média aplicada pelos outros três Estados-Partes sobre as importações oriundas da Venezuela.

Estatísticas descritivas da redução inicial dos preços internalizados de mercadorias importadas pela Venezuela, a partir da segunda simulação, são apresentadas na Tabela 4.3.

Tabela 4.3: Redução inicial dos preços de mercadorias importadas na Venezuela (%)

	BRA	ARG	URU	PAR	NAFTA	EU	ROW
Número de grupos de mercadorias	34	30	22	19	31	28	13
Redução média (%)	-11,0	-11,3	-11,8	-10,8	-3,7	-2,5	-3,0
Desvio padrão (pontos percentuais)	3,7	4,4	4,7	5,5	2,4	2,2	2,6

Fonte: Elaboração própria.

Comparando os dados da Tabela 4.3 com os da Tabela 4.1, observa-se que as características são bastante semelhantes em todos os aspectos, ou seja, a queda de preços internalizados no mercado venezuelano: (1) atingiria pelo menos metade das mercadorias

importadas do Brasil, Argentina, Nafta e União Européia, (2) seria bem mais intensa para as importações do Mercosul e (3) seria mais homogênea para as importações das regiões extra-bloco. Além disso, as mercadorias envolvidas seriam as mesmas. A redução inicial de preços internalizados das mercadorias venezuelanas importadas pelos Estados-Partes do Mercosul é a mesma que ocorreria no cenário da simulação anterior. Assim, as diferenças dos efeitos entre as simulações 1 e 2 decorrem das pequenas diferenças entre as variações das tarifas venezuelanas implementadas nestas simulações.

4.3.3 Simulação 3: Aprofundamento do Mercosul.

Nesta simulação procura-se avaliar o impacto da adesão da Venezuela ao Mercosul em um cenário de remoção completa das barreiras tarifárias entre os Estrados-Partes do bloco, conforme o conjunto de características descritas abaixo

Características:

Cenário A: Aprofundamento e ampliação do Mercosul

- Remoção completa das tarifas que cada Estado-Parte do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) impõe sobre as importações provenientes dos outros Estados-Partes.

Cenário B: Adesão da Venezuela ao Mercosul aprofundado

- Cenário A; e, adicionalmente
- Remoção completa das tarifas que a Venezuela impõe sobre as importações provenientes dos Estados-Partes do Mercosul; e
- A Venezuela passa a aplicar sobre as importações provenientes de todos países/regiões, que não são Estados-Partes do Mercosul, a menor das tarifas entre: (1) a tarifa que aplica sobre estas importações e (2) a TEC do Mercosul.

As tabelas abaixo apresentam os impactos da remoção de tarifas alfandegárias sobre os preços internalizados das importações realizadas pelo Brasil e sobre os preços das exportações brasileiras nos mercados de destino nos quais ocorreria variação das barreiras tarifárias.

Tabela 4.4: Redução inicial dos preços internalizados de mercadorias importadas pelo Brasil, segundo países de origem (%)

	ARG	URU	PAR	VEN
Número de grupos de mercadorias	13	9	4	23
Redução média (%)	-4,0	-5,9	-4,4	-10,4
Desvio padrão (pontos percentuais)	5,3	7,6	3,8	4,4

Fonte: Elaboração própria.

Entre os Estados-Partes do Mercosul, 13 grupos de mercadorias (23% do total) importadas da Argentina teriam seus preços reduzidos no mercado brasileiro. Cabe destacar que, neste cenário, os preços de automóveis e peças importados da Argentina teriam queda de 17,4%. Considerando a Venezuela como membro do Mercosul, a remoção de todas as barreiras tarifárias sobre o comércio intra-bloco, ocorreria dos preços de um maior número de mercadorias; especificamente, ocorreria queda de preços de 23 tipos de mercadorias importadas da Venezuela, que por não ser membro do bloco, não usufrui de benefícios comerciais na mesma extensão que os Estados-Partes. Por isso, a queda de preços das importações vindas da Venezuela, cerca de 10,4%, seria bem mais intensa em relação à diminuição dos preços das mercadorias importadas dos parceiros do Mercosul, em torno de 4,8%. Por fim, os preços das mercadorias venezuelanas deveriam cair de forma relativamente mais uniforme que os preços dos produtos vindos do Mercosul no mercado brasileiro.

Nos mercados dos Estados-Partes do Mercosul, a redução de preços de mercadorias produzidas no Brasil atingiria maior número de produtos no Paraguai e seria, em média, mais intensa no Uruguai (-8,5%), conforme a Tabela 4.5. Embora a diminuição dos preços das importações feitas pela Argentina não sejam tão abrangentes e intensas quanto à dos outros dois parceiros do bloco, estas quedas de preços deverão se constituir em importante impulso para a produção nacional, devido à importância deste país como destino de exportações brasileiras.

Tabela 4.5: Redução inicial dos preços internalizados de mercadorias importadas do Brasil, segundo país importador (%)

	ARG	URU	PAR	VEN
Número de grupos de mercadorias	14	2	24	34
Redução média (%)	-3,0	-8,5	-2,9	-12,0
Desvio padrão (pontos percentuais)	4,7	0,7	3,7	4,2

Fonte: Elaboração própria.

Considerando a Venezuela como membro do Mercosul e removendo todas as barreiras tarifárias sobre o comércio intra-bloco, ocorreria redução dos preços das exportações brasileiras nos mercados de destino do bloco comercial de forma mais abrangente e intensa. Na Venezuela, os preços de 34 (dentre 56) grupos de mercadorias exportadas pelo Brasil cairiam em média 12,0%. Por não ser membro do bloco, a Venezuela não concede benefícios comerciais na mesma extensão que os Estados-Partes têm entre si.

Por fim, convém destacar que os preços de automóveis e peças apresentariam reduções significativas devido à remoção das tarifas existentes sobre as exportações brasileiras para estes mercados de destino, que poderão se constituir em importantes impulsos para esta indústria no Brasil. Conforme dados da base GTAP, Argentina e Venezuela recebem cerca de 13,3% e 7,7% das exportações brasileiras de automóveis e peças. Os preços de açúcar também apresentariam reduções importantes nos mercados dos países do bloco, mas, como estes países não absorvem parcelas significativas destas exportações brasileiras, não se deveriam esperar grandes ganhos para esta indústria brasileira.

5 Resultados das simulações

Os resultados das simulações foram analisados em quatro subseções, uma para cada um dos seguintes temas: indicadores de comércio exterior, indicadores de bem estar, agregados de preço e produção e, finalmente, indicadores setoriais da economia brasileira.

5.1 Indicadores de Comércio Exterior

Variações nos indicadores de comércio exterior resultantes das três simulações implementadas são apresentadas na Tabela 5.1. A análise da variação real do volume exportado identificou uma pequena variação positiva para os países do Mercosul ampliado, com exceção do Uruguai. Nas três simulações, o principal beneficiário com o aumento das exportações é a Venezuela, com crescimento de 0,45% (S1 e S2) e 0,75% (S3). Ainda no âmbito do Mercosul, Brasil, Argentina e Paraguai, nesta ordem, experimentaríamos pequenas variações positivas, que vão de 0,08% (Brasil, S1 e S2), até 0,03% (Paraguai, S1 e S2). Na S3, as variações são relativamente mais pronunciadas, Brasil (0,13%). No caso das demais regiões, esta variável não é modificada, devido à pequena participação do Mercosul no comércio exterior das demais regiões.

Tabela 5.1: Indicadores de Comércio Exterior: Quantum de exportações e de importações (var %), Balança Comercial (variação do saldo em US\$ mi) e termos de troca

	Quantum de Exportações			Quantum de Importações			Termos de Troca			Balança Comercial		
	S(1)	S(2)	S(3)	S(1)	S(2)	S(3)	S(1)	S(2)	S(3)	S(1)	S(2)	S(3)
NAFTA	0,00	0,00	0,01	-0,01	-0,01	-0,01	0,00	0,00	0,00	177,11	173,32	263,73
EU	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	119,61	119,52	172,18
BRA	0,08	0,08	0,13	0,55	0,55	0,90	0,21	0,21	0,33	-210,21	-211,49	-343,76

ARG	0,05	0,05	0,08	0,25	0,24	0,36	0,09	0,09	0,12	-19,90	-19,12	-28,19
URU	-0,19	-0,22	-0,20	0,27	0,25	0,27	0,34	0,35	0,34	-7,26	-7,16	-7,73
PAR	0,03	0,03	0,02	0,14	0,14	0,10	0,05	0,05	0,04	-1,81	-1,78	-1,52
VEN	0,45	0,45	0,73	1,87	1,84	2,59	0,06	0,06	0,02	-270,91	-263,76	-362,26
ROW	0,00	0,00	0,00	-0,01	-0,01	-0,01	0,00	0,00	0,00	213,37	210,47	307,55

Fonte: Elaboração própria

Da mesma forma que as exportações, a entrada da Venezuela no Mercosul aumenta o volume real das importações do bloco ampliado. Mais uma vez, é a Venezuela que se destaca com crescimento de 1,87% (S1), 1,84 % (S2) e 2,59% (S3). Em seguida, vem o Brasil, com aumento de 0,55% (S1 e S2) e 0,90% (S3). A Argentina experimenta aumentos menores das importações, aproximadamente 0,25% (S1 e S2) e 0,36% (S4). Para os outros dois membros as variações são positivas, mas menores. Ainda sobre o volume de importações, é importante destacar que dentre as variáveis macroeconômicas reais analisadas, esta é a que apresenta as variações mais significativas.

Como resultado das variações nos volumes de importações e exportações, o saldo comercial em todos os países do bloco ampliado se reduz. Mais uma vez, a diminuição mais pronunciada é da Venezuela: USD -270,91 milhões (S1), -263,76 (S2), -362,26 (S3). O Brasil vem a seguir com diminuições do saldo estimadas em: -210,11 milhões de USD (S1), -211,49 (S2), -343,76(S3). Os demais países do Mercosul ampliado também sofrem reduções, porém menos pronunciadas. Como contrapartida deste processo, as três regiões que representam o restante dos países apresentam uma melhoria do resultado comercial, com valores estimados em²⁴: 510,09 mi de USD (S1), -503,31 (S2), -743,46 (S3).

Uma explicação possível para este processo de diminuição do resultado comercial, em todos os países do novo bloco, pode estar no aumento da absorção interna. A redução do saldo comercial seria causada principalmente pelo aumento do consumo privado, que não pode ser coberto pela ampliação imediata da oferta doméstica, dadas as hipóteses de fechamento do modelo que foram adotadas; as quais, por sua vez, estabelecem níveis constantes de estoques de fatores para cada uma das regiões do modelo. Sendo assim, a única forma de complementação da

²⁴ Soma dos valores das 3 regiões : NAFTA, EU e restante dos países(ROW).

Oferta, para os países intra-bloco, é a importação de bens e serviços das demais regiões. Ainda sobre o Comércio Exterior, é importante destacar que dois países apresentam variações positivas nos termos de comércio: Uruguai e Brasil; demonstrando que são beneficiados pelo movimento de preços dos bens transacionados.

5.2 Variáveis de bem estar.

Em virtude do fechamento do modelo adotado, o estoque de fatores (trabalho, capital, recursos) é mantido constante nas simulações; entretanto, a remuneração dos mesmos é variável, constituindo-se na principal fonte de variação do rendimento privado, com origem doméstica. A Tabela 5.2 apresenta as variações de remuneração para os trabalhadores qualificados e não qualificados, e para o estoque de capital.

Tabela 5.2: Remuneração dos fatores de produção (var %)

	Trabalho não qualificado			Trabalho qualificado			Capital		
	S(1)	S(2)	S(3)	S(1)	S(2)	S(3)	S(1)	S(2)	S(3)
NAFTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EU	0,00	0,00	-0,01	0,00	0,00	-0,01	0,00	0,00	-0,01
BRA	0,06	0,06	0,23	0,06	0,06	0,20	0,08	0,08	0,35
ARG	0,03	0,03	0,40	0,02	0,02	0,45	0,02	0,02	0,49
URU	0,08	0,08	0,49	0,02	0,01	0,41	0,03	0,02	0,23
PAR	0,05	0,05	0,23	0,02	0,02	0,19	0,04	0,04	0,32
VEN	0,37	0,36	0,45	0,31	0,29	0,34	0,39	0,38	0,49
ROW	0,00	0,00	-0,01	0,00	0,00	-0,01	0,00	0,00	-0,01

Fonte: Elaboração própria

Considerando primeiro a remuneração dos fatores de produção não qualificados, todos os países do bloco apresentam pequenas variações positivas na S1 e S2, com destaque apenas para a Venezuela cujo aumento é de 0,36~0,37%. Já na S3, esta variação é ampliada para 0,45%, com destaque também para o Uruguai e Argentina que apresentam variações desta ordem. Para os trabalhadores qualificados, o padrão é o mesmo, porém as variações são menos pronunciadas, com os trabalhadores venezuelanos apresentando variações em torno de 0,3% (S1, S2, S3); e Argentina e Uruguai, na S3, apresentando variações de 0,45% e 0,41%, respectivamente.

O estoque de capital, nos países do Mercosul ampliado, também apresenta variação positiva de rentabilidade. Em S1 e S2, o destaque é novamente a Venezuela, com variações da

ordem de 0,39%. Na S3, todos os países do bloco, com exceção do Uruguai, apresentam variações positivas de remuneração acima de 0,3%, com Venezuela e Argentina atingindo 0,5%. Este aumento generalizado da remuneração dos fatores corrobora a hipótese anterior de um aumento da demanda total, que pressiona por aumentos na produção doméstica de bens e serviços, causando o aumento da escassez dos fatores de produção.

Associado aos resultados anteriores, ocorre uma pequena variação positiva no gasto privado. Embora na Tabela 5.3, a variável de consumo, seja representada pelas variações nominais, é possível identificar este movimento para os países do bloco, com destaque para o Uruguai e o Brasil. Com o primeiro apresentando variações percentuais em torno de 0,5 %, independente das simulações, e o segundo apresentando variações de 0,29% (S1 e S2) e 0,47% (S3).

Tabela 5.3: Consumo privado nominal, deflator implícito do PIB e Variação Equivalente (var %)

	yp: consumo privado nominal			ppriv: IPC			Variação Equivalente		
	S(1)	S(2)	S(3)	S(1)	S(2)	S(3)	S(1)	S(2)	S(3)
NAFTA	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-72,25	-72,2	-118,81
EU	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-86,43	-82,52	-121,43
BRA	0,29	0,29	0,47	0,24	0,24	0,38	222,85	224,14	361,03
ARG	0,18	0,18	0,27	0,17	0,17	0,25	28,01	27,17	45,15
URU	0,48	0,49	0,52	0,38	0,39	0,42	17,9	18,51	18,78
PAR	0,13	0,12	0,13	0,08	0,08	0,09	4,14	4,06	3,78
VEN	0,12	0,12	0,03	0,10	0,11	0,06	31,14	29,23	-16,03
ROW	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,02	-158,85	-157,56	-219,21

Fonte: Elaboração própria

Outra variável que capta as mudanças no bem estar em cada região é a Variação Equivalente que corresponde às variações de utilidade, transformadas em montantes de USD, no ano base 2001. Esta variável mostra que todos os países do bloco ampliado apresentam ganhos positivos de bem-estar. O Brasil apresenta o incremento mais significativo: USD 222,85 milhões (S1), 224,14 (S2), 361,03 (S3); representando entre 73% e 87% dos ganhos do bloco. Após o Brasil, Venezuela e Argentina apresentam ganhos absolutos similares, sendo relativamente mais vantajoso para o novo membro. O máximo ganho verificado no bloco como um todo é na S3, que atinge USD 412,71 milhões.

5.3 Agregados de preços e produção

A Tabela 5.4 mostra a variação para o PIB real, apresentando valores insignificantes, entre $-0,02\%$ (Venezuela, S3) e $0,03\%$ (Uruguai, S3), para todos os países, em todos os cenários. Neste caso, é importante ressaltar que estes resultados são previamente esperados diante das hipóteses que foram adotadas para o fechamento macroeconômico do modelo. Sendo o estoque de fatores praticamente fixo em cada região²⁵, e a produtividade total dos fatores também fixa, não há espaço para aumentos de produção; sobrando apenas uma pequena variabilidade derivada da mudança de alocação dos recursos existentes, que provocam apenas pequenos movimentos na fronteira de produção.

Tabela 5.4: Produto Interno Bruto, Estoque de Capital no fim do período e índice de Preços ao Consumidor (var %)

	PIB			Estoque de Capital no fim do período			Índice de Preços ao consumidor (IPC)		
	S(1)	S(2)	S(3)	S(1)	S(2)	S(3)	S(1)	S(2)	S(3)
NAFTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	-0,01	-0,01
EU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	-0,01	-0,01
BRA	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	0,24	0,24	0,38
ARG	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,17	0,17	0,25
URU	0,02	0,02	0,03	0,02	0,02	0,01	0,38	0,39	0,42
PAR	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,08	0,08	0,09
VEM	0,01	0,01	-0,02	0,08	0,08	0,10	0,10	0,11	0,06
ROW	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	-0,01	-0,02

Fonte: Elaboração própria

Entretanto, mesmo com essas considerações, pode ocorrer uma variação mais pronunciada dentre os componentes do produto real. Nestas simulações verificamos acima que ocorre uma diminuição do resultado comercial (queda das exportações líquidas), que são compensadas pela variação positiva da absorção doméstica, seja no componente consumo (Brasil, Uruguai e Paraguai) ou no componente investimento (Venezuela).

Um outro sinal que denota este aumento da demanda doméstica é a variável IPC, que representa a variação de preços ao consumidor. A Tabela 5.4 indica que estas variações podem

²⁵ O estoque de fatores é fixo em cada região, mas pode haver migração, dentro de uma região, tanto de trabalho quanto de capital, ao longo dos vários setores do modelo. Deste modo, ocorre uma migração para aqueles setores que oferecem maior rentabilidade (lucros e salários).

ser significativas nos casos do Brasil, com 0,24% (S1 e S2) e 0,38% (S3); e do Uruguai, com 0,38% (S1 e S2) e 0,42% (S3); abrindo espaço para o aumento de importações, através da perda de atratividade dos produtos domésticos. Entretanto, este comportamento não é comum para todos os países do bloco. A Venezuela apresenta variações positivas menores para esta variável (0,06%~0,1%). Neste caso, parece que o movimento do aumento de importações é resultado da diminuição de preços dos importados no mercado doméstico, devido à queda das tarifas de importação. O fato de que o IPC é menor para este país, na medida de em que a integração do bloco é aprofundada (S3), reforça esta hipótese. Em síntese, podemos afirmar que estas simulações apresentam uma leve tendência inflacionária, pelo menos no curto prazo, para os países do bloco que recebem a Venezuela como membro.

5.4 Indicadores Setoriais: Economia Brasileira

A Tabela 5.5 abaixo apresenta as principais variações (positivas e negativas) da produção física bruta brasileira, setorialmente desagregada, nas três simulações realizadas. Deste modo, nesta seção, a apresentação e discussão dos indicadores setoriais estarão restritas à economia brasileira, devido à extensão que seria necessária para apresentação das demais regiões cobertas pelo modelo²⁶.

Tabela 5.5: Brasil – Setores mais beneficiados e mais prejudicados nas três simulações.

Setor (traduzido)	Código	Setor (original)	S(1)	S(2)	S(3)
Automóveis e suas partes	mvh	Motor vehicles and parts	1,21	1,24	3,09
Bens de capital	CGDS	Capital Goods	0,22	0,22	0,37
Vestuário	wea	Wearing apparel	0,37	0,37	0,36
Construção	cns	Construction	0,21	0,21	0,34
Têxteis	tex	Textiles	0,44	0,44	0,28
Metalurgia	fmp	Metal products	0,04	0,04	0,14
Açúcar	sgr	Sugar	-0,33	-0,33	-0,53
Trigo	wht	Wheat	-0,29	-0,30	-0,56
Transporte Marítimo	wtp	Water transport	-0,36	-0,36	-0,57
Carnes não bovinas	omt	Meat products nec	-0,53	-0,54	-0,84
Metais não ferrosos	nfm	Metals nec	-0,56	-0,57	-0,94

²⁶ A escolha dos indicadores setoriais que representem a evolução setorial é relativamente arbitrária. Por exemplo, se o indicador escolhido fosse a receita bruta, estaríamos captando tanto o efeito quantidade quanto o efeito preço. Mesmo assim, os detentores do capital investido naquele setor certamente estariam interessados na variação da rentabilidade do seu capital, enquanto os trabalhadores estariam interessados na variação dos seus salários reais.

Lã	wol	Wool, silk-worm cocoons	-0,71	-0,69	-1,19
----	-----	-------------------------	-------	-------	-------

Fonte: Elaboração própria

O setor de automobilístico é o principal beneficiário nas três simulações, apresentando variações positivas entre 1,21% (S1) e 3,09% (S3). O segundo setor mais favorecido não é o mesmo entre as simulações. Nas simulações 1 e 2, é o setor Têxtil, com 0,44%, enquanto na S3, é o setor de bens de capital²⁷, com 0,37%. Na seqüência, temos os setores de confecções, construção civil e produtos metalúrgicos. A explicação para o desempenho do setor automobilístico está diretamente relacionada com a redução de tarifas que a Venezuela sofrerá neste setor²⁸, fazendo com que as exportações brasileiras aumentem 76,93% (S2), associada ao fato que as exportações brasileiras deste setor para a Venezuela são representativas para sua produção total.

A Tabela 5.6 mostra a variação percentual das quantidades exportadas pelo Brasil à Venezuela, por setor. Especificamente, a performance do setor de produtos metalúrgicos está relacionada com a do setor de automóveis, por ser um fornecedor de insumos deste último.

Tabela 5.6: Variação percentual das quantidades exportadas pelo Brasil à Venezuela, por setor.

Setor (traduzido)	Código	Setor (original)	Simulação 1 - Proteção média	Simulação 2 - Proteção BR	Simulação 3 - Entrada da Ven no Mercosul ideal
Outros produtos de carne	omt	Meat products nec	280,19	284,75	274,75
Outros produtos manufat.	omf	Manufactures nec	245,63	245,61	240,49
Vestuário	wap	Wearing apparel	231,42	231,33	244,38
Têxteis	tex	Textiles	202,07	203,00	204,06
Produtos de couro	lea	Leather products	191,79	192,47	196,18
Carne Bovina	cmt	Bovine meat products	188,53	171,49	196,92
Lã	wol	Wool, silk-worm cocoons	180,88	180,68	178,59
Laticínios	mil	Dairy products	158,42	185,87	158,93
Produtos de metal	fmp	Metal products	135,01	135,92	203,04
Automóvel e suas partes	mvh	Motor vehicles and parts	75,23	76,93	178,48
Petróleo	oil	Oil	-36,31	-36,31	-36,29
Trigo	wht	Wheat	-43,85	-33,06	-43,36

Fonte: Elaboração própria

²⁷ O setor de bens de capital, a rigor, é um agregado que abrange alguns setores industriais.

²⁸ Vide tabelas 18, 20 e 25 do Apêndice A.

A Tabela 5.6 acima indica que este comportamento se repete para os setores têxteis e confecções com as exportações para a Venezuela crescendo, respectivamente, 203,00% e 231,33%, em S2²⁹. Outros setores que aumentam significativamente as exportações para o novo membro são: carnes não bovinas (284,75%), outros manufaturados (245,61%), leite e derivados (185%).

Entre os setores mais prejudicados estão o de lã-casulo de seda, metais não ferrosos, carnes não bovinas. Dentre as fontes de demanda que estão causando esta redução, identificamos novamente as exportações, com quedas respectivas de -0,74%, -0,79% , -1,47% ; tomando como referência S2.

A informação anterior ajuda a explicar a aparente contradição das “carnes não bovinas”, que apresenta o maior crescimento de exportações para a Venezuela (tabela 16), mas que são anuladas pela variação negativa das exportações totais do setor. Este fato ocorre também para o setor de lã e seda.

Uma outra questão importante relacionada com a diminuição da produção setorial, é que esta pode ocorrer por outros efeitos indiretos, como a migração de mão obra, na direção dos setores mais favorecidos, e a perda de espaço na pauta de exportações, devido ao aumento da competitividade dos produtos de outros setores.

6 Conclusões

O objetivo deste estudo foi o de avaliar os impactos econômicos do processo de transformação da Venezuela em membro pleno do Mercosul. Para tanto, procedeu-se à análise dos documentos mais relevantes do bloco, do fluxo comercial atual entre a Venezuela e o Mercosul, seguido da realização de três simulações de choques tarifários, realizados em um modelo de equilíbrio geral computável, multi-regional e multi-setorial, com o objetivo de mensurar impactos econômicos resultantes desta ampliação.

²⁹ A magnitude no impacto setorial como um todo, dependerá da representatividade da exportação brasileira para Venezuela, como destino final da produção setorial.

Com relação à primeira parte, destacou-se a relativa rapidez do processo de entrada da Venezuela no Mercosul. Da aprovação da solicitação da Venezuela de incorporar-se como Estado Parte do Mercosul até a conclusão das negociações, transcorreram-se apenas seis meses (entre dezembro de 2005 e maio de 2006), deixando em aberto definições importantes a respeito dessa adesão, como a dos itens que deverão compor a lista de exceções da TEC pela Venezuela. Além da celeridade do processo, sem paralelo em negociações anteriores do bloco com outros países, ressaltou-se a assimetria das condições de integração do país ao Mercosul: os prazos máximos para o cumprimento dos compromissos de livre comércio adotados pelas partes são pelo menos dois anos mais extensos para a Venezuela do que para o Brasil e para a Argentina.

A análise do comércio bilateral Mercosul-Venezuela, por sua vez, destacou a importância da Venezuela para o Bloco. Ao mesmo tempo em que a Venezuela é um destino relativamente importante para as exportações do Bloco, parte significativa das importações venezuelanas é proveniente do Mercosul. Além disso, destacou-se a qualidade, em termos de valor agregado, da pauta de importações da Venezuela provenientes do Bloco e do Brasil: especialmente no que se refere ao comércio de automóveis, máquinas e equipamentos. A seção sobre fluxo comercial também revelou que a Venezuela aplica, atualmente, maior proteção tarifária, tanto extra-bloco quanto intra-bloco, quando comparada à aplicada pelo Mercosul, apresentando diferença média aproximada de dois pontos percentuais.

Com relação à especificação das simulações, foram desenhados três choques. No primeiro caso, procurou-se atribuir à Venezuela proteção semelhante à proteção média aplicada pelos países do Bloco aos parceiros intra e extra-bloco; na segunda simulação, proteção semelhante à que o Brasil aplica aos países do Bloco e do resto do mundo. Finalmente, uma terceira simulação avaliou os efeitos da adesão da Venezuela ao Mercosul no contexto de remoção completa das tarifas alfandegárias entre os Estados-Partes do bloco ampliado.

Nas duas primeiras simulações, as reduções das tarifas aplicadas pela Venezuela aos produtos do Bloco resultaram em reduções significativas, entre 11% e 12%, dos preços internalizados das mercadorias importadas. Embora relativamente elevadas, são reduções das tarifas cobradas por apenas um país (a Venezuela) aos produtos provenientes do Bloco. Isto é, os choques tarifários nas duas primeiras simulações são relativamente elevados, mas aplicados para

apenas um país, o que diminui sua possível relevância para os agregados macroeconômicos. Na terceira simulação, as reduções dos preços internalizados das mercadorias importadas são mais pronunciadas, especialmente no que se refere ao comércio intrabloco dos países que já faziam parte do Mercosul.

Os maiores efeitos em termos de fluxo comercial foram observados na Venezuela, com crescimento do quantum de importações e de exportações, além de significativo aumento do déficit comercial. O Brasil apresentou-se como o principal beneficiário desse processo de aumento do fluxo comercial. Em termos de bem estar, tanto os países do Bloco quanto a Venezuela se beneficiaram, seja por meio de aumento da remuneração do trabalho (qualificado e não qualificado), seja por meio do aumento do consumo privado, fato que também se refletiu no aumento do índice de preços ao consumidor. Por sua vez, os indicadores macroeconômicos de produção apresentaram valores insignificantes. Entretanto, esta constatação deve ser analisada no contexto dos fechamentos adotados no modelo, que praticamente não permitem a variação dos mesmos, em cada região.

Os resultados mais importantes das simulações referem-se aos impactos setoriais. Embora a redução tarifária tenha sido pouco relevante (pelo fato de ter sido implementada por apenas um dos países parceiros do Bloco, a Venezuela, mesmo que tenha sido individualmente significativa), os impactos setoriais foram relativamente importantes. Em termos de produção, os setores mais beneficiados no Brasil foram o de automóveis (cuja produção aumentou mais do que 1% nas duas primeiras simulações e mais do que 3% na terceira simulação), vestuário, construção e têxteis (aumentos de produção em torno de 0,35% nas três simulações); os que mais se prejudicaram foram o de lã-casulo de seda, metais não ferrosos, carnes não bovinas, com variações entre -0,5% e -1,3% nas três simulações.

As informações anteriores indicam que os impactos setoriais não podem ser desprezados, não apenas porque resultam de relativamente pequena redução tarifária, mas também porque afetam de forma relativamente intensa os fluxos comerciais entre o Brasil e a Venezuela: variações significativas são esperadas nos setores de “outros produtos manufaturados”, cujas exportações brasileiras para a Venezuela aumentariam aproximadamente 240% nas três simulações, vestuário (aumento aproximado de 230% nas três simulações), têxteis (aumento

aproximado de 200% nas três simulações) e automóveis (aumento aproximado de 75% nas duas primeiras simulações, e de 178% na terceira simulação).

Sem desconsiderar os ganhos setoriais mencionados e a possibilidade de ampliação do mercado regional, a ausência de definições claras a respeito das questões comerciais e a escassa participação do setor privado no processo de negociação são indicadores de possíveis problemas futuros no que diz respeito à implantação de uma união aduaneira, ou mesmo uma área de livre comércio, entre os países do Mercosul ampliado.

É notório que o Mercosul já enfrentava muitas dificuldades para se afirmar como uma união aduaneira mesmo antes da entrada de um novo membro pleno. Dentre os desafios podem-se citar as pendências comerciais com a Argentina, as ameaças de denúncia do acordo por parte do Uruguai e, mais recentemente, do Paraguai e o protesto dos sócios originais contra a assimetria e problemas internos de cada um. A pressão dos EUA no sentido de firmar acordos de livre comércio com os países do continente americano é um fator que não pode negligenciado. A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) era uma proposta que tinha por objetivo integrar as 34 economias do continente americano e teve início, oficialmente, na Cúpula das Américas em dezembro de 1994, em Miami, Estados Unidos³⁰. As negociações deveriam ter sido concluídas ao final do ano de 2005, fato que não ocorreu.

Em setembro de 2001, Estados Unidos e Mercosul lançaram um comunicado conjunto³¹ em que reafirmavam os princípios contidos no Acordo 4+1, a fim de concentrar esforços para o lançamento de uma nova rodada de negociações no âmbito da OMC e a conclusão das negociações da ALCA. Contudo, as negociações da ALCA não avançaram e, de maneira alternativa, os EUA passaram a propor acordos bilaterais para o estabelecimento de áreas de livre mercado – Tratado de Livre Comércio (TLC) – com os países do continente³². Mais

³⁰ Em 1990 houve a “Iniciativa para as Américas”, cuja finalidade era aprofundar as relações dos EUA com a América Latina, nascia então a idéia de se construir uma área de livre comércio de dimensões continentais.

³¹ *United States-Mercosur Four-Plus-One: Joint Statement – Economic Growth Through Increased Trade*, Washington, DC, September 24, 2001, USTR.

³² Além do NAFTA, os EUA têm Tratado de Livre Comércio (TLC) com os seguintes países e regiões do continente americano: Chile, América Central e República Dominicana;e, Panamá.

recentemente, está em negociação um acordo de livre comércio com países da Comunidade Andina (CAN) – Colômbia e Peru – fato que desencadeou o descontentamento do governo venezuelano a respeito da CAN.

Como se sabe, em abril do presente ano, a Venezuela denunciou o Acordo de Integração Sub-Regional Andino (Acordo de Cartagena)³³. Em sua carta de denúncia, a Venezuela afirmou seu descontentamento em relação à condução da política externa do bloco relacionado, principalmente, às recentes negociações de acordos bilaterais – tratados de livre comércio – entre Colômbia e Peru com os Estados Unidos. Segundo o governo da Venezuela, os tratados de livre comércio entre Peru e Colômbia com os EUA estariam alterando a natureza jurídica e os princípios originais da Comunidade Andina à medida que as normas criadas por esse tratado seriam assimiladas pela CAN³⁴.

À luz dos fatos mencionados acima, com a entrada da Venezuela no Mercosul acredita-se que a negociação 4+1 com os EUA tornou-se improvável de se transformar em 5+1. Além do mais, a retomada das negociações Mercosul – União Européia (UE) foi postergada pelos negociadores europeus que consideram outros acordos preferenciais mais estratégicos.

Finalmente, cabe indagar sobre a adequação da entrada da Venezuela como membro pleno do Mercosul em um contexto de intensificação de acordos preferenciais conduzidos pelos EUA e União Européia e, de dificuldades patentes na Rodada de Doha. Portanto, a análise dos impactos econômicos resultantes da ampliação do Mercosul deve levar em consideração não apenas as oportunidades obtidas, mas também os riscos envolvidos no processo.

³³ O Acordo de Cartagena foi firmado em 26 de maio de 1969.

³⁴ Conforme o texto do documento venezuelano, os TLCs propostos pelos EUA seriam de natureza “colonialista”, e aprofundariam as injustiças sociais por meio de uma distribuição injusta da renda. No mesmo documento de denúncia do Acordo de Cartagena há a defesa da produção nacional e da soberania econômica, afirmando que “De maneira geral, os TLCs possuem a mesma concepção neoliberal da ALCA (...)”.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, K. E. W. MARTIN (eds.) (2006): *Agricultural trade reform and the Doha Development Agenda*. Washington , The World Bank.
- BCHIR, M. H.; FONTAGNÉ, L. JEAN, S. (2005) *From Bound Duties to Actual Protection: Industrial Liberalization in the Doha Round*. Centre d'Étude Prospective et d'Information Internationales. (CEPII Working Paper #2005-12)
- BOUËT, A., DECREUX, Y., FONTAGNÉ, L., SEBASTIEN, J., LABORDE, D. (2004) *A consistent, ad-valorem equivalent measure of applied protection across the world: The MACMap-HS6 database*. Centre d'Étude Prospective et d'Information Internationales. (CEPII Working Paper #2004-22).
- COELHO, A. M.; LIMA, M. L. M. P.; CURY, S.; GOLDBAUM, S. (2005): *Impacto de propostas de redução de tarifas em bens não agrícolas (NAMA)*. São Paulo, FGV-EAESP. (Relatório de Pesquisa, Núcleo de Publicações e Pesquisa).
- COELHO, A. M.; LIMA, M. L. M. P.; CURY, S.; GOLDBAUM, S. (2006): *Impacto de entrada da Venezuela no Mercosul*. São Paulo, FGV-EEESP. (Relatório de Pesquisa, Coordenação de Pesquisas da Escola de Economia de São Paulo).
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS (CNI, Unidade de Negociações Internacionais) (2005): *Adesão da Venezuela ao Mercosul – Versão preliminar*. Rio de Janeiro, dezembro de 2005.
- DOMINGUES, E. P.; HADDAD, Eduardo A.; HEWINGS, G. J. D. (2004): “Economic forecasts for Brazil and Argentina of future free trade areas”. In: *Argentina and Brazil: The Future of Economic Integration*, 2004. The University of Texas at Austin, Austin, Estados Unidos.
- FERREIRA FILHO, J. B. and M. HORRIDGE (2006): “The Doha Round, Poverty and Regional Inequality in Brazil”. In HERTEL, T. W. AND L. A. WINTERS (2006): *Putting Development back into the Doha Round: Poverty Impacts of WTO Agreement*. Washington, The World Bank.
- HERTEL, T. W. (ed.) (1997): *Global Trade Analysis: Modeling and Applications*. Cambridge U. Press.
- HERTEL, T. W. and L. A. WINTERS (2006): *Putting Development back into the Doha Round: Poverty Impacts of WTO Agreement*. Washington, The World Bank.
- JEAN, S., LABORDE, D. e MARTIN, W. (2005): *Consequences of alternative formulas for agricultural tariff cuts*. (CEPII Working Paper, #2005-15).
- MERCOSUL (2006): *Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul*. Disponível em:
<http://www.mercosur.int/msweb/SM/Noticias/es/Protocolo%20Venezuela%20ES.pdf>.

